

Ferro, fogo e ideias: a Liga Brasileira pelos Aliados e o debate sobre a Primeira Guerra Mundial na imprensa fluminense.

Lívia Claro Pires*

O período da Primeira República brasileira é marcado na historiografia tradicional pelo domínio das oligarquias agrárias, pelo voto de cabresto e pela política do café-com-leite. Em geral, um momento histórico caracterizado quase que exclusivamente como transitório, situado entre o atraso herdado do Império e as mudanças trazidas pelo governo Getúlio Vargas. Nessa perspectiva, o impacto da Primeira Guerra Mundial sobre o país é entendido basicamente por suas consequências econômicas, tais como o abalo das oligarquias cafeeiras e o incentivo ao esforço da industrialização. Uma nova vertente historiográfica, no entanto, tem resgatado a Primeira República como um momento de contribuições determinantes para a construção dos arcabouços políticos e culturais do Brasil ao longo do século XX.

Segundo esta corrente, o país nas primeiras décadas do século XX, busca mais do que consolidar o novo regime: almeja adentrar na modernidade. A adoção da República como forma de governo representou para uma elite política e letrada o primeiro passo para esse objetivo maior, imbuído de um forte caráter nacionalista. Nesse projeto de modernidade, pretendia-se abandonar todo e qualquer ranço do Império, entendido como o epíteto do atraso, com o qual seria importante romper. A Primeira República, dessa forma, não é mais tida como uma passagem para as transformações da Era Vargas, mas o período que proporcionou ele mesmo as mudanças.

Na então capital federal, o desejo da modernidade e o rompimento com o passado monárquico fez-se de maneira singular. Representada como cidade-exemplo da nação, no seu espaço foi depositado e exercido o projeto de modernidade para o Brasil – a cidade era o recipiente do progresso da civilização brasileira¹. Para o Rio de Janeiro confluíram não só as expectativas, mas as ações de civilizar/modernizar a nação, como um pólo irradiador. A reforma produzida por Pereira Passos, em 1903, concretizou, ou assim pretendeu, os planos civilizacionais embutidos na concepção de modernidade. O espaço urbano é redefinido nesses moldes modernos, algo que extrapola a caracterização física, adentrando no pensamento e nas ideias da elite letrada. O Rio de Janeiro, dessa forma, confundido com o país, torna-se como o baluarte de um projeto – teórico e prático – para a modernidade brasileira.

Nessa cidade fervilhante, transitavam pelos cafés e livrarias sujeitos que tomaram para si a missão de pensar o desenvolvimento

do espírito moderno no Brasil. Pertencentes à elite fluminense, caracterizavam-se como atores político-culturais², agindo nas duas esferas à medida que ocupavam cargos públicos e atuavam na vida política do país, ao mesmo tempo em que exerciam o papel de criadores e mediadores culturais. Eram indivíduos, antes de tudo, engajados no cotidiano da cidade, como suas testemunhas e consciência legítimas³. Percebiam-se como os portadores das respostas e projetos adequados para a construção e organização do país, por serem capazes de identificar as mazelas nacionais. Dia a dia, expunham suas opiniões e conclusões nas páginas da imprensa, em publicações de livros, ou, simplesmente, nas conversas entre doces finos de uma confeitaria. A modernidade entendida por esses “intérpretes” era baseada nas noções de progresso, civilização e nacionalidade. O Brasil precisava definir-se como nação para civilizar-se e abandonar a barbárie, alcançando o caminho para o progresso. Cumprida essa etapa, alcançaria o reconhecimento internacional como nação civilizada e seria aceito como igual entre as grandes potências mundiais, deixando para trás, definitivamente, o estigma de colônia.

O desencadeamento da Primeira Guerra Mundial na Europa trouxe novos elementos para o pensamento da construção da nacionalidade e da modernização brasileira. Através da reflexão sobre o confronto europeu, percebe-se a eclosão de diferentes projetos de Brasil, vistos nos embates intelectuais publicados na imprensa fluminense. O pensamento girava em torno do posicionamento brasileiro diante do conflito, e, a partir das conclusões encontradas, toda uma cadeia reflexiva sobre o futuro nacional era exposta.

Nos jornais escolhidos para esta breve análise – o *Jornal do Comércio* e o *Jornal do Brasil* – as notícias sobre a guerra eram expostas de maneiras diferentes. No *Jornal do Comércio*, o desenrolar do conflito era visto na primeira página, na seção “Telegramas – A Guerra”. Havia um número considerável de notas curtas sobre batalhas, invasões, mortes de comandantes, declarações de governos, dentre outros. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, não trazia na primeira página notícias sobre o confronto, mas na segunda ou terceira. No entanto, ambos publicavam diariamente notícias sobre a guerra. Havia também uma quantidade maior de notícias a respeito das ações da Tríplice Entente, fruto, talvez, do maior contato com agências de notícias provenientes desses países, notavelmente a Agência Havas, sediada em Paris. Ainda assim, ambos os jornais utilizavam o tom da neutralidade em suas notícias, respeitando, a princípio, a posição oficial do governo brasileiro ao longo de quase todo o conflito.

O espaço para a manifestação das opiniões, no entanto, era outro. Deixa-se a primeira página, e direciona-se para a segunda ou terceira página, onde eram publicadas sem um destaque, em meio a outras temáticas, como casos da política nacional, resenhas de livros, ações do Congresso, dentre outros assuntos. No *Jornal do Comércio*, as declarações de opiniões, em geral, ficavam nas seções “Gazetilha” e “Publicações a pedidos”, respectivamente, na segunda e nas últimas páginas, antes das propagandas. Já no *Jornal do Brasil*, geralmente eram expostas na seção “Noticiários” ou soltas entre o meio e o final do número. Eram majoritariamente cartas e artigos endereçados às redações desses jornais, alguns anônimos, outros assinados, onde a guerra era comentada, ora com o tom de indignação, ora com o tom de perplexidade, mas jamais deixando de mencionar o Brasil, de abandonar a perspectiva brasileira, buscando extrair lições para o futuro político, econômico e cultural da nação.

Por meio desses textos, pode-se identificar três posicionamentos a respeito da Grande Guerra: aqueles que apoiavam a Alemanha e seus aliados; os que defendiam a Tríplice Entente; e os que mantinham-se neutros, em consonância com a posição oficial. É importante observar que, na fala de nenhum dos posicionamentos até agora analisados, encontra-se a defesa da entrada efetiva do Brasil na guerra, contribuindo com armas e homens. As manifestações giravam em torno da aprovação dos motivos e ações deste ou daquele lado, a qual deles o Brasil deveria delegar o seu apoio moral.

Para os defensores da neutralidade, a guerra era uma demonstração da decadência européia. Não tomavam partido, nem defendiam a superioridade de um país beligerante sobre o outro: o conflito era um palco de horror e de sangue; um matadouro que reservaria a ruína aos países que dele participassem. Percebe-se nos argumentos utilizados uma preocupação em não permitir o prejuízo comercial brasileiro, o que fatalmente ocorreria com partidarismos. O Brasil deveria resguardar suas relações comerciais com os dois lados beligerantes, e nada compensaria a perda de oportunidades econômicas. Defender o abandono de tal posição, levava normalmente à acusação de falta de patriotismo. Na pesquisa realizada até agora, as manifestações de apoio à neutralidade têm sido esparsas, pouco encontradas nas documentações vista até então.

Para aqueles que manifestavam o seu apoio à Tríplice Aliança ou à Tríplice Entente, a escolha de um dos blocos em conflito pode ser entendida como uma questão de qual lado contribuiria de maneira mais vantajosa para a construção do progresso e da civilização brasileira. Para os simpatizantes da Alemanha na guerra, este país

era o representante do inédito, da inovação e do pensamento moderno e racional. Possuía não apenas a superioridade técnica sobre os seus adversários, mas moral, respondendo com indiferença ao ódio da qual era alvo. A guerra, segundo suas opiniões, foi uma maneira encontrada pelas potências tradicionais para liquidar o poderio econômico e militar do Segundo Reich. A Alemanha inauguraria uma nova era nas relações internacionais, progressista, moderna e economicamente fortalecida e, junto com essa nação, seriam alçados ao posto de potência os seus aliados e colaboradores. O Brasil, caso optasse, pelo apoio à causa desse país no conflito, teria muitas vantagens econômicas e políticas a angariar.

Os partidários da Tríplice Entente, por sua vez, acreditavam ser a França e a Itália os parceiros ideais para a construção da nação brasileira. Esses países ofereciam ao Brasil o exemplo da liberdade e democracia aos moldes da tradição da civilização latina. É interessante notar que, para esses intelectuais, a guerra não se tratava de um confronto entre dois blocos de nações, mas entre duas civilizações, opostas e irreconciliáveis: a latina e a germânica. A primeira era representada⁴ como a herança greco-romana para o Ocidente, impregnada pelos ideais de liberdade, democracia, civilização e cultura. A segunda, por sua vez, era interpretada de forma dispare, como a herdeira direta dos povos nômades que assaltaram o Império Romano, imbuída de barbárie. Dessa forma, a Primeira Guerra Mundial era traduzida no discurso desses intelectuais como o embate entre a civilização liberal, jurídica e latina, ao lado da Tríplice Entente; e os partidários da barbárie, da dominação e da destruição, pela Alemanha. O Brasil, um representante legítimo da latinidade, deveria postar-se ao lado dos Aliados como forma de desenvolver e aproximar-se dos valores desse modelo civilizacional.

Os debates, no entanto, envolveram diferentes intelectuais, nem sempre identificados com as opiniões antes demonstradas. Aqueles que apoiavam os Aliados, a Alemanha ou a neutralidade, ou que apenas divergiam de algumas afirmações feitas recebiam rapidamente a classificação dicotômica de *aliadófilo* ou *germanófilo*. Nem a imprensa em si escapava. Alguns a acusaram de favores aos Aliados em suas publicações, em detrimento da Tríplice Aliança. Afirmavam-se estarem os jornais baseando os seus noticiários de guerras em fontes inglesas e francesas, denunciavam a ocultação de informações e a distorção de notícias, denegrindo a imagem da Alemanha diante dos leitores.

Buscando a defesa dos Aliados, iniciou-se no Rio de Janeiro uma associação⁵ denominada “Liga Brasileira pelos Aliados”. Fundada em por José Veríssimo, Nestor Victor e Olavo Bilac, contou com o apoio da nata da intelectualidade fluminense. Nomes como o

poeta Alberto de Oliveira, os senadores Artur Azeredo, Alcindo Guanabara e Paulo de Frontin, o jornalista João Luso, o romancista Afonso de Taunay, dentre outros, assinaram o seu termo de adesão. Em discurso aos membros quando da fundação da Liga, José Veríssimo afirmou:

*Por estarmos convencidos na guerra atual que a verdade, a justiça e a razão que, aliadas, combatem o militarismo e o imperialismo alemães, declaramos aderir à fundação de uma liga, com o fim de prestar assistência moral e beneficência a essas nações.*⁶

Na mesma ocasião, Graça Aranha – empossado como representante da Liga Brasileira no exterior e membro do Comitê Executivo – falou ser o objetivo da reunião organizar as simpatias brasileiras em prol dos Aliados. E, de fato, as ações da associação demonstram a tentativa de cumprimento de tal finalidade. Moções, manifestos e boletins eram publicados em periódicos como *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil* e *O Imparcial*, expondo apoio à causa aliada e repúdio à Alemanha e seu desempenho no conflito. Promovia palestras e exposições de artistas estrangeiros – de nacionalidade aliada ou neutra -, cuja temática era, recorrentemente, a denúncia das atrocidades alemãs. Assim o foi com a exposição no Rio de Janeiro do artista plástico holandês Luís Raemackers, trazido em 1916 sob os auspícios da Liga, cujos desenhos resumiam-se a *uma sátira cruciante às inomináveis proezas do banditismo alemão, promotor da grande guerra*.⁷ No mesmo ano, organizou festivais para angariar fundos para as vítimas belgas e soldados franceses cegos na front. Na data de 14 de julho de 1916, realizou um grande evento para a comemoração da Queda da Bastilha, no Teatro Lírico da capital, onde o deputado Irineu Marinho discursou, detratando a Alemanha. Disse ele:

*Enquanto a França domina o coração e a inteligência dos homens e dos povos, os cientistas alemães se esforçam vãmente em conquistar a hegemonia germânica no globo; mas como os processos prussianos são os da má fé, o da violência e o da força, a Alemanha não pode ser amada na terra.*⁸

Suas ações propagandísticas não passavam incólumes aos olhos dos seus representantes no Brasil. A entidade mantinha contato junto a funcionários das embaixadas francesas, inglesas, belgas, dentre outras. Em geral, estas demonstravam contentamento com desempenho da Liga Brasileira, aprovando suas declarações e agradecendo suas manifestações de apoio, através de cartas enviadas por embaixadores aos seus dirigentes. As comunicações

entre as embaixadas e os membros da Liga ultrapassavam, por vezes, a simples gratidão. Conforme divulgada pela própria associação no “Jornal do Comércio”, foi pedido a Sá Vianna, um dos seus membros, pelo ministro da Grã-Bretanha que enviasse 500 exemplares da conferência de sua autoria “L’Amérique en face de la conflagration européenne” para ser utilizada como serviço de propaganda, para fazer onde ela ainda não era conhecida. Da mesma forma, atendendo a uma recomendação do ministro da França, a Liga promoveu a conferência da artista francesa Juanita de Frézia, acerca de assuntos sobre a guerra, dentre elas as atrocidades alemãs cometidas no conflito.

No entanto, não era apenas de festivais e atividades propagandísticas que se restringia a Liga Brasileira pelos Aliados. Estão presentes em suas falas questões que inquietavam a intelectualidade carioca, como a construção da nacionalidade brasileira, o progresso e a civilização, extrapolando a temática de apoio a um dos blocos envolvidos na guerra. Como era comum no meio letrado brasileiro, seus membros acreditavam ter a fórmula ideal para atingir o progresso nacional. Não à toa, suas reuniões aconteciam no Clube de Engenharia, localizado na Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, que, à época das reformas urbanas de Pereira Passos, atuou como uma instituição *respaldadora do progresso*.⁹ Segundo as suas afirmações na imprensa, não haveria melhor modelo a ser seguido que o postulado da Tríplice Entente, principalmente o da França.

Este país europeu era frequentemente exaltado nos boletins divulgados na imprensa pela Liga Brasileira pelos Aliados. Símbolo de civilidade, destacavam na cultura francesa os ideais liberais, aos quais o Brasil deveria inspirar-se. A França era o modelo de nação, de civilização e de modernidade a ser adotado pela recém-proclamada república brasileira, caso esta almejasse alcançar o progresso. A cultura francesa como fonte de inspiração para a construção da nação brasileira é uma influência notável na fala dos membros da Liga. Um exemplo dessa condição é o acima mencionado evento comemorativo da Queda da Bastilha. Ao se auto-questionar do por que da celebração de uma data que não pertencia ao calendário de feriados nacionais, o deputado Irineu Marinho concluiu:

*A data de hoje (...) é também um dia de júbilo popular porque significa o valor da influência sobre a evolução política do nosso país e a profunda ação das ideias, do pensamento, da cultura, em uma palavra – da civilização francesa na formação da nossa mentalidade e da nossa alma nacional.*¹⁰

A Liga, dessa forma, pode ser inserida no contexto que Wilson Martins chamou de “francesismo reinante”¹¹, onde as ideias oriundas da França assumiam caráter de dogma entre a intelectualidade brasileira, em especial a carioca. No caso da Liga, deve ser levado em consideração o fato de seus participantes manterem contato com personalidades da intelectualidade francesa da época, como Maurice Barrés e Paul Deschanel. Por esse motivo, a influência francesa nos pronunciamentos da Liga se fizesse de maneira consolidada, não apenas como simples inspiração.

A França por si só, no entanto, não era a única razão para o seu papel de destaque na construção da nação brasileira para aquela associação. O país europeu era representado como o expoente máximo da civilização e cultura latina, a qual o Brasil pertencia. Sua ascendência latina herdada da colonização portuguesa, que lhe delegou a língua portuguesa e a tradição do pensamento clássico, fazia parte do seu cerne de nação, influenciando na constituição da cultura do país. No pensamento da associação, os caracteres da latinidade na formação da nação brasileira deveriam ser preservados a qualquer custo, pois eram a garantia de um futuro glorioso. Por isso, defendiam o apoio moral do governo brasileiro aos Aliados, em uma solidariedade fraternal. A crença na formação latina do Brasil é traduzida na fala de Graça Aranha, dirigida à Grécia:

*Gregos e romenos, uma grande nação, às margens do Atlântico Sul, formada pela cultura greco-latina, profundamente se comove com as vossas angústias nesse momento supremo, em que a fatalidade veio trazer às vossas fronteiras o decisivo combate por nossa civilização. Pelos espaços, as almas dos povos da mesma formação se unem e realizam essa unidade moral que nos tornará invencíveis e imortais. E é inspirada por essa união espiritual que a Liga Brasileira pelos Aliados se dirige aos seus irmãos helenos romenos.*¹²

Quem sai aos seus não degenera, pensavam os intelectuais da Liga, e, para o Brasil prosperar, era imprescindível que não traísse a sua natureza latina. Uma possibilidade existente, de acordo com a sua perspectiva. A ameaça vinha das colônias alemãs instaladas na região sul, configurando o chamado “perigo alemão”, suposta ameaça imperialista do Segundo Reich sobre o território brasileiro. A Liga Brasileira foi um dos principais meios difusores dessa ideia, propagandeada constantemente em suas manifestações na imprensa. Em um dos seus boletins veiculados, lia-se o seguinte:

Ora, são fortes as demonstrações dos próprios alemães dos seus propósitos de se assenhorearem daquelas regiões brasileiras, primeiro, segundo o seu processo costumeiro, pela infiltração e

*insinuação pacífica, depois como puderem, mesmo pela força. São eles que os escrevem em suas publicações germanistas.*¹³

A ênfase na existência do “perigo alemão” presentes neste e em outros discursos da Liga demonstra a preocupação com a imigração enquanto elemento de construção (ou desconstrução) da nacionalidade brasileira, recorrente nos debates entre os letrados fluminenses. Nem todas as nacionalidades eram bem-vistas e bem-quistas em um cenário intelectual fortemente influenciado pela teoria evolucionista das raças, vinculada ao darwinismo entre as nações, corrente nas primeiras décadas do século XX. A fala de repúdio ao imigrante alemão na Liga Brasileira evidencia a exclusão desse elemento como irrelevante para a edificação da nação brasileira, assim como a preocupação constante com a conquista definitiva do território. Este era um dos ingredientes essenciais para a realização de uma nação moderna. O extenso território brasileiro pouco povoado, precisa ser conquistado, integrado e consolidado, da mesma forma que a nacionalidade brasileira, considerada frágil pela Liga.

O afastamento do elemento alemão relaciona-se ao tratamento deste imigrante como um fator de corrupção da cultura latina presente no país. Absorvendo a oposição frequentemente feita entre cultura latina e cultura germânica, acrescentou o fator imperialista e predatório dos alemães para com o Brasil diretamente, através do “perigo alemão”. A presença dos imigrantes alemães e seu possível isolamento, mantendo a língua e os hábitos nativos, para os membros da Liga, era uma evidência de sua periculosidade à unidade política e cultural brasileira. Em seu entendimento, a cultura germânica, essencialmente predatória em relação à latina, constituía em uma afronta aos valores do modelo de nação que pretendiam formar, identificado com aquele paradigma civilizacional. A propaganda do “perigo alemão” configura, dessa forma, com uma maneira de justificar a rejeição a um determinado tipo de modelo civilizacional. Graça Aranha o afirma em artigo acima citado:

Durante longos anos a Alemanha procurou ativamente copiar as obras inimitáveis da nossa cultura [latina]. (...) A Alemanha sofreu a falência de toda a sua ciência, da sua arte e de todo o seu esforço, e, então, num furor demoníaco, quis fazer desaparecer da face da terra a graça da nossa cultura e substituí-la pela grosseria germânica.

E acrescenta:

Então, por consideração a alguns traficantes boches das nossas grandes cidades e por consideração às colônias alemães esparsas em nosso território, mentiríamos o nosso passado, renegaríamos o

*nosso ideal, repudiáramos os nossos deveres sagrados para com essa nobre civilização que nos foi dada no sangue dos nossos antepassados europeus?*¹⁴

Assim, o país é representado com uma projeção para o futuro, em seu caráter de nação em formação. A Primeira República pode ser entendida como o momento em que diferentes projetos de Brasil são confrontados, buscando o preenchimento do processo de consolidação da República e da nação. Neste esforço, é evidente o posicionamento dos fluminenses, preocupados em realizar um balanço da vida nacional e mostrar as suas soluções. Como atores político-culturais que eram, ao se defrontarem com a Primeira Guerra, a princípio tão distante de sua realidade, assumiram-na como o pano de fundo para realizarem diagnósticos do país, buscando influir no direcionamento das atitudes tomadas pelo governo e conformar uma “opinião pública”. A Liga Brasileira pelos Aliados, como um elemento no debate sobre a guerra, traduz o desejo pelo progresso, pelo alcance da civilização, da completa constituição do país enquanto nação moderna, sobretudo, do reconhecimento dessa condição pela comunidade internacional. A partir dessas percepções, o impacto do conflito europeu assume novas nuances, que vão além da influência sobre o preço do café. A Primeira Guerra auxilia no entendimento da reflexão dos pensamentos intelectuais, da construção da nação e da nacionalidade brasileiras nas primeiras décadas do século passado.

Notas de Referência

- * Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), orientada pela Professora Doutora Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Contato: liviapclaro@yahoo.com.br.
- ¹ RODRIGUES, Antônio Edmilson M. Em algum lugar do passado: cultura e história no Rio de Janeiro. In: AZEVEDO, André Nunes de. *Rio de Janeiro: capital e capitalidades*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/SR-3/UERJ, 2002. p. 11-43.
- ² GOMES, Ângela de Castro. Rebeldes literários: intelectuais e nacionalismo na Primeira República. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.11, n.22, p.153-156, jan.2007.
- ³ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

- ⁴ O conceito de representação utilizado neste artigo é definido em: CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: DIFEL, 1990.
- ⁵ A respeito do conceito de “associação” utilizado, ver: RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (org.) Op. Cit. p. 99-139.
- ⁶ Trecho do discurso contido no boletim Liga para os Aliados. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 18 de março de 1915. p. 2.
- ⁷ Nota contida em *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 27 de julho de 1917. p. 4.
- ⁸ O discurso na íntegra pode ser encontrado em *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 15 de julho de 1916. p. 4.
- ⁹ Sobre esse assunto, ver: RODRIGUES, Antônio Edmilson M. Op. Cit. p. 30.
- ¹⁰ Ver *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 15 de julho de 1916. p. 4.
- ¹¹ MARTINS, Wilson. Op. Cit.
- ¹² Ver *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 5 de janeiro de 1916. p. 3.
- ¹³ Ver artigo publicado em *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 6 de janeiro de 1916.
- ¹⁴ Idem.